



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681184 - RS (2021/0225123-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : EMERSON DE VARGAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON DE VARGAS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 70083927459).

O paciente foi condenado, em primeiro grau, à pena de 18 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 121, §2º, II, IV e VI, c/c o §2º-A, I, e §7º, I, do Código Penal. Defesa e acusação apelaram. Ambas as insurgências tiveram provimento negado pelo Tribunal de origem.

A impetrante sustenta que houve uso indevido de argumento de autoridade e nulidade posterior à pronúncia, uma vez que o Promotor de Justiça teria feito diversas referências ao fato de o réu ter permanecido em silêncio.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar o acórdão proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de que seja reconhecida a nulidade do julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, por violação ao disposto no art. 478, II, do Código de Processo Penal, determinando seja o paciente submetido a novo julgamento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente